



## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS**

Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

31 de dezembro de 2016 e 2015

com Relatório dos Auditores Independentes  
e Relatório da Administração



## Índice

DADOS DA INSTITUIÇÃO	3
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	8
BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)	9
BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)	10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - CONTINUAÇÃO	12
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 11)	13
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL	15
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
NOTA 03 - SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS	15
NOTA 04 - CONTAS A RECEBER	18
NOTA 05 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)	19
NOTA 06 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)	19
NOTA 07 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)	20
NOTA 08 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
NOTA 09 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	20
NOTA 10 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO	21
NOTA 11 - PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES	21
NOTA 12 - RECEITAS	21
NOTA 13 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS	21
NOTA 14 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	22
NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS	22
NOTA 16 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	22
NOTA 17 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	22
NOTA 18 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)	22
NOTA 19 - OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO	23
NOTA 20 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	23
NOTA 21 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO BÁSICA	24
NOTA 22 - DEMONSTRATIVO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR (ENTIDADE COM Prouni)	25
NOTA 23 - DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ENSINO SUPERIOR (ENTIDADE COM Prouni)	26
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	30



## DADOS DA INSTITUIÇÃO

### **Sede Matriz:**

#### **Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação**

CNPJ 76.726.884/0001-28

Rua João Carlos de Souza Castro, 82 – Guabirota – Curitiba / PR

### **Sedes Administrativas:**

#### **Sede Administrativa Região Central Paranaense**

CNPJ 76.726.884/0123-04

Rua Deputado João Ferreira Neves, 159 – Vista Alegre – Curitiba / PR

#### **Sede Administrativa Região Sul Paranaense**

CNPJ 76.726.884/0052-78

Avenida Senador Salgado Filho, 5280 – Uberaba – Curitiba / PR

#### **Sede Administrativa Região Norte Paranaense**

CNPJ 76.726.884/0119-10

Avenida Carlos Correia Borges, 1336 – Jardim Iguazu – Maringá / PR

#### **Sede Administrativa Região Oeste Paranaense**

CNPJ 76.726.884/0066-73

Rua Pernambuco, 1564 – Centro – Cascavel / PR

#### **Sede Administrativa Região Sul Catarinense**

CNPJ 76.726.884/0059-44

Rua Gisela, 900 Barreiros – São José / SC

#### **Sede Administrativa Região Norte Catarinense**

CNPJ 76.726.884.0126/49

Rua Joaçaba, 355 – Saguazu – Joinville / SC

### **Internatos:**

#### **Instituto Adventista Paranaense**

CNPJ 76.726.884/0003-90

Gleba Paissandu, Lote 80 – Zona Rural – Ivatuba / PR

#### **Instituto Adventista de Educação de Santa Catarina**

CNPJ 76.726.884/0044-68

Rodovia BR 101, Km 64 – Corveta – Araquari / SC

### **Faculdade:**

Faculdade Adventista Paranaense

CNPJ 76.726.884/0124-87

# Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação

## Dados da Instituição

31 de dezembro de 2016 e 2015



Gleba Paissandu, Lote 80 – Zona Rural – Ivatuba / PR

### **Unidades Escolares:**

#### **Colégio Adventista do Alto Boqueirão**

CNPJ 76.726.884/0055-10

Rua Bom Pastor, 606 – Alto Boqueirão – Curitiba / PR

#### **Colégio Adventista Curitibano do Bom Retiro**

CNPJ 76.726.884/0053-59

Rua Lysimaco Ferreira da Costa, 980 – Bom Retiro – Curitiba / PR

#### **Colégio Adventista do Centenário**

CNPJ 76.726.884/0067-54

Rua Argélia, 85 – Cajuru – Curitiba / PR

#### **Colégio Adventista de Telêmaco Borba**

CNPJ 76.726.884/0031-43

Rua Professor Ney de Oliveira Pimenta, 84 – Centro – Curitiba / PR

#### **Colégio Adventista do Boa Vista**

CNPJ 76.726.884/0057-82

Rua Fernando de Noronha, 470 – Santa Cândida – Curitiba / PR

#### **Colégio Adventista do Boqueirão**

CNPJ 76.726.884/0015-23

Rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, 2218 – Boqueirão – Curitiba / PR

#### **Colégio Adventista do Portão**

CNPJ 76.726.884/0016-04

Rua Maranhã, 06 – Portão – Curitiba / PR

#### **Colégio Adventista de Campo Mourão**

CNPJ 76.726.884/0010-19

Rua Roberto Brzezinski, 1509 – Centro – Campo Mourão / PR

#### **Colégio Adventista de Cascavel**

CNPJ 76.726.884/0011-08

Rua Pernambuco, 343 – Centro – Cascavel / PR

#### **Colégio Adventista de Foz do Iguaçu**

CNPJ 76.726.884/0048-91

Avenida República Argentina, 530 – Centro – Foz do Iguaçu / PR

#### **Colégio Adventista de Guarapuava**

CNPJ 76.726.884/0021-71

Rua Conego Braga, 1250 – Centro – Guarapuava / PR



Dados da Instituição

31 de dezembro de 2016 e 2015

**Colégio Adventista de Londrina**

CNPJ 76.726.884/0024-14

Avenida Universo, 184 – Jardim Shangri-la – Londrina / PR

**Colégio Adventista de Maringá Zona 4**

CNPJ 76.726.884/0025-03

Rua Luiz Gama, 818 – Zona 4 – Maringá / PR

**Colégio Adventista de Paranaguá**

CNPJ 76.726.884/0026-86

Rua Arthur Bernardes, 239 – Alvorada – Paranaguá / PR

**Colégio Adventista de São José dos Pinhais**

CNPJ 76.726.884/0058-63

Rua Margarida de Araújo Franco, 1916 – Centro – São José dos Pinhais / PR

**Colégio Adventista de Florianópolis Centro**

CNPJ 76.726.884/0095-08

Rua Visconde de Ouro Preto, 347 – Centro – Florianópolis / SC

**Colégio Adventista de Florianópolis Estreito**

CNPJ 76.726.884/0101-90

Rua Dom Daniel Hostin, 129 – Jardim Atlântico – Florianópolis / SC

**Colégio Adventista de Indaial**

CNPJ 76.726.884/0102-71

Rua Expedicionário Hercílio Gonçalves, 233 – Nações – Indaial / SC

**Colégio Adventista de Itajaí**

CNPJ 76.726.884/0086-17

Rua Brusque, 228 – Centro – Itajaí / SC

**Colégio Adventista de Joinville Saguacu**

CNPJ 76.726.884/0087-06

Rua Casemiro de Abreu, 100 – Saguacu – Joinville / SC

**Colégio Adventista de São Francisco do Sul**

CNPJ 76.726.884/0090-01

Rua Augusto Afonso dos Santos, 2 – Centro – São Francisco do Sul / SC

**Escola Adventista de Apucarana**

CNPJ 76.726.884/0006-32

Avenida Munhoz da Rocha, 1925 – Centro – Apucarana / PR



Dados da Instituição

31 de dezembro de 2016 e 2015

**Escola Adventista de Araucária**

CNPJ 76.726.884/0042-04

Rua Rodolfo Hasselmann, 120 – Centro – Curitiba / PR

**Escola Adventista de Castro**

CNPJ 76.726.884/0012-80

Rua Princesa Isabel, 526 – Centro – Castro / PR

**Escola Adventista de Cianorte**

CNPJ 76.726.884/0039-09

Avenida América, 4923 – Zona 2 – Cianorte / PR

**Escola Adventista de Goioerê**

CNPJ 76.726.884/0019-57

Avenida Libertadores da América, 101 – Centro – Goioerê / PR

**Escola Adventista de Guaíra**

CNPJ 76.726.884/0020-90

Rua Bandeirantes, 1705 – Centro – Guaíra / PR

**Escola Adventista de Maringá Zona 7**

CNPJ 76.726.884/0117-58

Rua Floriano Peixoto, 768 – Zona 7 – Maringá / PR

**Escola Adventista de Ponta Grossa**

CNPJ 76.726.884/0028-48

Rua Tiradentes, 500 – Centro – Ponta Grossa / PR

**Escola Adventista de Santa Efigênia**

CNPJ 76.726.884/0060-88

Rua Guilherme Butler, 792 – Santa Efigênia – Curitiba / PR

**Escola Adventista de Umuarama**

CNPJ 76.726.884/0033-05

Rua José Antônio Teixeira D'Avila, 3667 – Centro – Umuarama / PR

**Escola Adventista de Vista Alegre**

CNPJ 76.726.884/0017-95

Rua Vereador Antenor Pamphillo dos Santos, 269 – Vista Alegre – Curitiba / PR

**Escola Adventista Guaraqueçaba**

CNPJ 76.726.884/0112-43

Rua Superagui, 214 – Centro – Guaraqueçaba / PR



**Escola Adventista União da Vitória**

CNPJ 76.726.884/0034-96

Rua Paraná, 319 – Centro – União da Vitória / PR

**Escola Adventista de Blumenau**

CNPJ 76.726.884/0082-93

Rua Alwin Schrader, 966 – Ribeirão Fresco – Blumenau / SC

**Escola Adventista de Bom Retiro**

CNPJ 76.726.884/0083-74

Avenida Henrique Eduardo Boell, 87 – Centro – Bom Retiro / SC

**Escola Adventista de Imbituba**

CNPJ 76.726.884/0093-46

Avenida Santa Catarina, 447 – Centro – Imbituba / SC

**Escola Adventista de Joinville Bom Retiro**

CNPJ 76.726.884/0097-70

Rua Nova Trento, 226 – Bom Retiro – Joinville / SC

**Escola Adventista de Joinville Centro**

CNPJ 76.726.884/0105-14

Rua Rio do Sul, 288 – Bucarein – Joinville / SC

**Escola Adventista de Joinville Costa e Silva**

CNPJ 76.726.884/0105-14

Avenida Jutta W G Wendel, 194 – Costa e Silva – Joinville / SC

**Escola Adventista de Rio do Sul**

CNPJ 76.726.884/0089-60

Rua Presidente Kennedy, 336 – Jardim América – Rio do Sul / SC

**Escola Adventista de Tubarão**

CNPJ 76.726.884/0091-84

Avenida Pedro Zapelini, 1495 – Santo Antônio de Pádua – Tubarão / SC

**Centros de Treinamento:**

**Centro Adventista de Treinamento e Recreação Foz do Iguaçu**

CNPJ 76.726.884/0040-34

Rodovia das Cataratas, KM 6 – Vila Yolanda – Foz do Iguaçu / PR

**Centro Adventista de Treinamento e Recreação Celso Ramos**

CNPJ 76.726.884/0107-86

Rua dos Recantos, 664 – Palmas – Governador Celso Ramos / SC



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.



Marlington Souza Lopes  
**Presidente**



Charles Campanelli  
**Diretor**



Edson Erthal de Medeiros  
**Administrador**



Arnaldo Andrade de Oliveira Lana  
**Contador**  
CRC/RS 050929/O-5 T-PR



Pablo Leonardo de Lima Ramos  
**Controller**  
CRC/PR 063935/O-1



**BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)**

(Em Reais)

<b>Código</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Nota Explicativa</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
<b>1</b>	<b>Ativo Total</b>		<b>262.338.397</b>	<b>234.222.836</b>
<b>1.01</b>	<b>Ativo Circulante</b>	<b>03.1</b>	<b>58.200.198</b>	<b>58.021.462</b>
<b>1.01.01</b>	<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>03.3</b>	<b>42.124.508</b>	<b>43.525.051</b>
1.01.01.01	Caixa		190.898	52.206
1.01.01.02	Banco Conta Movimento		4.025.683	3.660.380
1.01.01.03	Banco Conta Aplicações		37.907.927	39.812.465
<b>1.01.02</b>	<b>Contas a Receber</b>	<b>03.4 e 4</b>	<b>11.760.468</b>	<b>11.178.818</b>
1.01.02.01	Serviços Educacionais		18.876.778	16.590.132
1.01.02.02	Clientes		293.995	782.085
1.01.02.03	Adiantamentos a Pessoal		1.833.552	2.054.540
1.01.02.04	Entidades Congêneres		763.568	982.218
1.01.02.05	Outros Créditos		3.108.954	2.607.688
1.01.02.06	(-) Deduções Crédito Liquidez Duvidosa	03.5	(13.116.379)	(11.837.845)
<b>1.01.03</b>	<b>Estoques</b>	<b>03.6</b>	<b>665.793</b>	<b>508.071</b>
1.01.03.01	Materiais de Consumo		665.793	508.071
<b>1.01.04</b>	<b>Despesas Antecipadas</b>		<b>3.649.429</b>	<b>2.809.522</b>
1.01.04.01	Despesas do Exercício Seguinte	03.7	3.649.429	2.809.522
<b>1.02</b>	<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>03.1</b>	<b>204.138.199</b>	<b>176.201.375</b>
<b>1.02.01</b>	<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>05</b>	<b>418.613</b>	<b>424.448</b>
1.02.01.01	Contas a Receber		55.446	20.791
1.02.01.02	Depósitos Judiciais		363.167	403.657
<b>1.02.02</b>	<b>Imobilizado</b>	<b>03.8 e 06</b>	<b>203.568.841</b>	<b>175.664.481</b>
1.02.02.01	Bens em Formação		37.401.188	34.518.110
1.02.02.02	Terrenos		33.180.103	25.424.241
1.02.02.03	Edifícios e Benfeitorias		161.703.688	142.018.012
1.02.02.04	Instalações		2.000.518	1.200.140
1.02.02.05	Móveis e Utensílios		13.538.533	11.745.243
1.02.02.06	Máquinas e Equipamentos		10.238.492	8.376.315
1.02.02.07	Equipamentos de Informática/Eletrônicos		10.932.642	9.336.759
1.02.02.08	Veículos		634.488	744.853
1.02.02.09	Outros Imobilizados		1.695.774	1.871.108
1.02.02.10	(-) Depreciação Acumulada		(67.756.584)	(59.570.300)
<b>1.02.03</b>	<b>Intangível</b>	<b>06</b>	<b>150.745</b>	<b>112.446</b>
1.02.03.01	Direitos de Uso de Softwares		290.811	181.521
1.02.03.02	(-) Amortização Acumulada		(140.067)	(69.075)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)**

(Em Reais)

<b>Código</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Nota Explicativa</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
<b>2</b>	<b>Passivo Total</b>		<b>262.338.397</b>	<b>234.222.836</b>
<b>2.01</b>	<b>Passivo Circulante</b>	07	<b>23.657.211</b>	<b>21.306.500</b>
<b>2.01.01</b>	<b>Contas a Pagar</b>	03.9	<b>7.793.710</b>	<b>7.393.236</b>
2.01.01.01	<i>Fornecedores de Materiais e Serviços</i>		1.218.760	1.721.949
2.01.01.02	<i>Obrigações Tributárias</i>		10.335	11.705
2.01.01.03	<i>Obrigações Trabalhistas</i>		1.921.998	1.762.280
2.01.01.04	<i>Obrigações com Empregados</i>		3.656.220	3.191.384
2.01.01.05	<i>Financiamentos a Pagar</i>		0	23.299
2.01.01.06	<i>Fundos em Confiança</i>		236.951	166.334
2.01.01.07	<i>Entidade Congênere a Pagar</i>		347.067	0
2.01.01.08	<i>Outras Contas a Pagar</i>		402.380	516.285
<b>2.01.02</b>	<b>Provisões</b>	03.11 e 11	<b>4.588.070</b>	<b>4.503.579</b>
2.01.02.01	<i>Provisões Trabalhistas</i>		2.312.967	2.419.823
2.01.02.02	<i>Provisões Judiciais e Cíveis</i>		825.103	516.122
2.01.02.03	<i>Provisões para Contingências</i>		1.450.000	1.567.634
<b>2.01.03</b>	<b>Receitas Antecipadas</b>	12	<b>11.275.431</b>	<b>9.409.685</b>
2.01.02.01	<i>Adiantamento de Clientes</i>		11.275.431	9.409.685
<b>2.02</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.03</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	08	<b>238.681.185</b>	<b>212.916.336</b>
<b>2.03.01</b>	<b>Patrimônio Social</b>		<b>226.316.644</b>	<b>200.014.656</b>
2.03.01.01	<i>Patrimônio Social</i>		226.316.644	200.014.656
<b>2.03.02</b>	<b>Reservas</b>		<b>12.364.541</b>	<b>12.901.680</b>
2.03.02.01	<i>Outras Reservas</i>		12.364.541	12.901.680

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
<b>3.01</b>	<b>Receitas Operacionais Bruta Educação</b>	03.13 e 12	<b>150.987.759</b>	<b>137.119.551</b>
<b>3.01.01</b>	<b>Receitas Bruta Serviços Educação Básica</b>		<b>172.369.390</b>	<b>153.456.329</b>
3.01.01.01	Serviços Educação Básica - Pagantes	12 a	136.585.715	122.342.523
3.01.01.02	Serviços Educação Básica - Dissídio Coletivo		3.761.713	3.133.426
3.01.01.03	Serviços Educação Básica - Bolsas 100%	12 b	20.326.938	17.662.947
3.01.01.04	Serviços Educação Básica - Bolsas 50%	12 b	11.695.024	10.317.433
<b>3.01.02</b>	<b>(-) Deduções Receita Serviços Educação Básica</b>	12 c	<b>(49.070.572)</b>	<b>(42.855.903)</b>
3.01.02.01	Descontos Incondicionais		(13.286.160)	(11.742.096)
3.01.02.02	Bolsas Educação Básica – Dissídio Coletivo		(3.761.713)	(3.133.426)
3.01.02.03	Bolsas Educação Básica – 100%		(20.326.938)	(17.662.947)
3.01.02.04	Bolsas Educação Básica – 50%		(11.695.024)	(10.317.434)
3.01.02.05	Devoluções de Serviços Recebidos		(736)	0
<b>3.01.03</b>	<b>Receitas Bruta Serviços - Graduação</b>		<b>4.385.103</b>	<b>3.220.201</b>
3.01.03.01	Serviços Graduação - Pagantes	12 a	3.161.737	2.278.264
3.01.03.02	Serviços Graduação - PROUNI		52.191	34.012
3.01.03.03	Serviços Graduação - Bolsas 100%	12 b	1.062.998	842.848
3.01.03.04	Serviços Graduação - Bolsas 50%	12 b	108.178	65.077
<b>3.01.04</b>	<b>(-) Deduções Receita Serviços - Graduação</b>	12 c	<b>(1.808.891)</b>	<b>(1.181.074)</b>
3.01.04.01	Descontos Incondicionais		(585.525)	(239.137)
3.01.04.02	Bolsas Graduação – PROUNI		(52.191)	(34.012)
3.01.04.03	Bolsas Graduação – 100%		(1.062.998)	(842.848)
3.01.04.04	Bolsas Graduação – 50%		(108.178)	(65.077)
<b>3.01.05</b>	<b>Receitas Bruta Serviços – Pós-Graduação</b>		<b>541.785</b>	<b>298.483</b>
3.01.05.01	Serviços Pós-Graduação - Pagantes	12 a	541.785	298.483
<b>3.01.06</b>	<b>Receitas de Doações, Subvenções e Outras</b>	12 d	<b>24.570.944</b>	<b>24.181.515</b>
3.01.06.01	Subvenções Não Governamental – Livre		12.329.238	10.583.882
3.01.06.02	Doações Recebidas – Livre		739.576	409.307
3.01.06.03	Outras Receitas Educacionais		11.502.130	13.188.326
<b>3.02</b>	<b>Resultado Bruto Educação</b>		<b>150.987.759</b>	<b>137.119.551</b>
<b>3.03</b>	<b>(-) Custos Despesas Operacionais Educação</b>		<b>(132.438.652)</b>	<b>(114.465.339)</b>
<b>3.03.01</b>	<b>(-) Custos e Despesas Operacionais</b>		<b>(132.438.652)</b>	<b>(114.465.339)</b>
3.03.01.01	Despesas com Pessoal		(79.562.843)	(69.538.874)
3.03.01.02	Encargos Sociais e Previdenciários		(7.750.249)	(6.784.209)
3.03.01.03	Administrativas e Gerais		(13.136.117)	(14.520.411)
3.03.01.04	Despesas com Materiais		(4.711.710)	(4.489.680)
3.03.01.05	Conservação e Manutenção		(4.449.827)	(2.407.340)
3.03.01.06	Depreciação e Amortização		(8.141.338)	(6.814.285)
3.03.01.07	Despesas com Provisões		(4.327.959)	(4.171.221)
3.03.01.08	Encargos Tributários		(225.181)	(376.797)
3.03.01.09	Assistência, Treinamentos e Orientação Social		(10.133.429)	(5.362.522)
<b>3.04</b>	<b>Resultado Líquido Educação</b>		<b>18.549.107</b>	<b>22.654.212</b>

Continua...



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - CONTINUAÇÃO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
<b>3.05</b>	<b>Resultado Atividades Sustentáveis</b>		<b>748.006</b>	<b>385.068</b>
<b>3.05.01</b>	<b>Receitas Atividades Sustentáveis</b>		<b>18.780.692</b>	<b>15.346.729</b>
3.05.01.01	Receitas Pensionato Internato		11.434.172	10.310.435
3.05.01.02	Alojamentos e Hospedagens		4.224.073	2.053.928
3.05.01.03	Receitas com Refeições		1.142.998	832.009
3.05.01.04	Receita de Direito de Propriedade		1.979.449	2.150.357
<b>3.05.02</b>	<b>(-) Deduções Receita Atividades Sustentáveis</b>		<b>(4.732.023)</b>	<b>(3.752.879)</b>
3.05.02.01	Descontos Incondicionais		(4.732.023)	(3.752.879)
<b>3.05.03</b>	<b>(-) Custos e Despesas Atividades Sustentáveis</b>		<b>(13.300.664)</b>	<b>(11.208.782)</b>
3.05.03.01	Despesas com Pessoal		(4.696.175)	(3.570.788)
3.05.03.02	Encargos Sociais e Previdenciários		(357.415)	(294.707)
3.05.03.03	Administrativas e Gerais		(1.136.268)	(1.820.522)
3.05.03.04	Despesas com Materiais		(4.612.345)	(3.336.459)
3.05.03.05	Conservação e Manutenção		(1.021.279)	(823.056)
3.05.03.06	Depreciação e Amortização		(1.308.881)	(1.282.505)
3.05.03.07	Despesas com Provisões		(8.035)	(0)
3.05.03.08	Encargos Tributários		(160.267)	(8.651)
3.05.03.09	Assistência e Orientação Social		(13.300.664)	(72.094)
<b>3.06</b>	<b>Resultado Financeiro e Patrimonial</b>		<b>5.934.215</b>	<b>5.633.608</b>
<b>3.06.01</b>	<b>Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>5.963.235</b>	<b>5.601.331</b>
3.06.01.01	Receitas Financeiras		7.324.587	6.762.569
3.06.01.02	Despesas Financeiras		(1.361.352)	(1.161.238)
<b>3.06.02</b>	<b>Receitas e Despesas Patrimoniais</b>		<b>(29.020)</b>	<b>32.277</b>
3.06.02.01	Receitas Patrimoniais		100.642	249.528
3.06.02.02	Despesas Patrimoniais		(129.662)	(217.251)
<b>3.07</b>	<b>Resultado Outras Receitas e Despesas</b>		<b>533.521</b>	<b>598.092</b>
<b>3.07.01</b>	<b>Outras Receitas e Despesas</b>	13	<b>533.521</b>	<b>598.092</b>
3.07.01.01	Outras Receitas		4.414.111	3.939.366
3.07.02.01	Outras Despesas		(3.880.591)	(3.341.274)
<b>3</b>	<b>Superávit do Exercício</b>	14	<b>25.764.849</b>	<b>29.270.980</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 10)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
<b>4.01</b>	<b>Caixa Líquido Atividades Operacionais</b>	<b>34.799.392</b>	<b>32.655.109</b>
<b>4.01.01</b>	<b>Superávit do Exercício Ajustado</b>	<b>35.300.659</b>	<b>37.719.706</b>
4.01.01.01	Superávit do Exercício	25.764.849	29.270.980
4.01.01.02	Depreciação do Imobilizado	8.186.284	7.364.718
4.01.01.03	Amortização do Intangível	70.992	27.070
4.01.01.04	Provisão Créditos de Liquidez Duvidosa	1.278.534	1.056.938
<b>4.01.02</b>	<b>(Aumento) Redução Ativos Circulantes</b>	<b>(2.851.978)</b>	<b>(3.938.537)</b>
4.01.02.01	Contas a Receber	(1.854.349)	(3.710.664)
4.01.02.02	Estoques	(157.722)	(165.041)
4.01.02.03	Despesas Antecipadas	(839.907)	(62.832)
<b>4.01.03</b>	<b>Aumento (Redução) Passivos Circulantes</b>	<b>2.350.710</b>	<b>(1.126.060)</b>
4.01.03.01	Fornecedores de Materiais e Serviços	(503.189)	(462.495)
4.01.03.02	Obrigações Tributárias, Trabalhistas e Empregados	623.184	524.207
4.01.03.03	Financiamentos a Pagar	(23.299)	23.299
4.01.03.04	Fundos em Confiança e Outros	303.778	(1.786.596)
4.01.03.05	Provisões	84.490	177.831
4.01.03.06	Adiantamento de Clientes	1.865.746	397.694
<b>4.02</b>	<b>Caixa Líquido Atividades de Investimento</b>	<b>(36.199.935)</b>	<b>(30.377.565)</b>
<b>4.02.01</b>	<b>(Acréscimo) Redução nos Investimentos</b>	<b>(36.199.935)</b>	<b>(30.377.565)</b>
4.02.01.01	Imobilizado	(36.090.644)	(30.251.619)
4.02.01.02	Intangível	(109.290)	(125.946)
<b>4.03</b>	<b>Caixa Líquido Atividades de Financiamento</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>4.02.01</b>	<b>Acréscimo (Redução) de Financiamentos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
4.02.01.01	Pagamento de Empréstimo	0	0
<b>4.04</b>	<b>Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes</b>	<b>(1.400.543)</b>	<b>2.277.544</b>
<b>4.04.01</b>	<b>Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes</b>	<b>43.525.051</b>	<b>41.247.507</b>
<b>4.04.02</b>	<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes</b>	<b>42.124.508</b>	<b>43.525.051</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Patrimônio Social	Outras Reservas	Superávit (Déficit)	Patrimônio Líquido
<b>5.00</b>	<b>Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>170.414.352</b>	<b>13.231.004</b>	<b>0</b>	<b>183.645.355</b>
5.01.01	Superávit/Déficit do Período			29.270.980	29.270.980
5.01.02	Recursos de Outras Reservas	329.324	(329.324)	0	0
5.01.03	Recursos de Superávit	29.270.980	0	(29.270.980)	0
<b>5.01</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>200.014.656</b>	<b>12.901.680</b>	<b>0</b>	<b>212.916.336</b>
5.02.01	Superávit/Déficit do Período			25.764.849	25.764.849
5.02.02	Recursos de Outras Reservas	537.139	(537.139)	0	0
5.02.03	Recursos de Superávit	25.764.849	0	(25.764.849)	0
<b>5.02</b>	<b>Saldo Final em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>226.316.644</b>	<b>12.364.541</b>	<b>0</b>	<b>238.681.185</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



## NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Reais Mil)

### NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL

A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, denominada nas demonstrações como Instituição, é uma associação de direito privado, de fins não econômicos e não lucrativo, de natureza jurídica filantrópica, instituída pela Organização da Igreja Adventista do Sétimo dia, e tem por objetivos e propósitos estatutários a promoção da educação em todos os seus níveis, com atuação nos estados do Paraná e Santa Catarina, nas cidades dos estabelecimentos educacionais relacionados nas páginas 03 a 07. Com atividade preponderante na área de Educação, seguindo os ditames do artigo 13 da lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013. Possui título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 35.672 de 20/01/1961 e título de Utilidade Pública Municipal em Curitiba/PR, conforme Decreto nº 4.367 de 21/09/1972. A entidade tem registro no Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba, Conselho Municipal do Idoso e da Criança e do Adolescente e com Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Educação - CEBAS, registrado e reconhecido no Ministério da Educação tendo sua validade até o dia 19/08/2018 conforme o processo de renovação processado sob o número 23000.010597/2015-91.

### NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão apresentados em Reais.

A Instituição declara expressamente que a elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a lei nº 11.638/2007, os termos da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC 1.255/2009 à Resolução nº 1.185/09 do CFC e da ITG 2002 R1 aprovada pela Resolução nº 1.409/2012 do CFC que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação dos componentes, variações patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Financeiras das entidades sem finalidade de lucros.

A administração da Instituição declara que as Demonstrações Financeiras refletem e espelham a realidade da entidade em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos dos documentos arquivados e contabilizados, respondendo a administração a sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de Demonstrações Financeiras está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela entidade a este profissional.

As Demonstrações Financeiras do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, podem conter reclassificações, quando aplicáveis, para melhoria da informação e comparabilidade.

Foram elaboradas, segundo previsto na ITG 2002 (R1), as seguintes Demonstrações Financeiras comparativas: o Balanço Patrimonial - BP; a Demonstração do Resultado do Período - DRP; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL; a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC; e as Notas Explicativas - NE.

### NOTA 03 – SUMARIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis na elaboração das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 levaram em conta ao serem elaboradas e apresentadas, as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas as práticas contábeis adotadas no Brasil.



A preparação das Demonstrações Financeiras poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas que possam afetar valores de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras.

A entidade elabora suas Demonstrações Financeiras usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimentos para esses itens.

**03.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes:** No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações com vencimento ou com expectativa e realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com a expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

**03.2 Compensação Entre Contas:** Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida, como no caso das Transferências Internas, ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

**03.3 Caixa e Equivalentes de Caixa:** São classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações Financeiras, os numerários em poder da empresa e moeda corrente em caixa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até três meses ou menos e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

**03.4 Contas a Receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços educacionais no decurso normal das atividades da Instituição. As contas a receber, inicialmente, são reconhecidas pelo valor nominal faturado adotando-se o critério de apropriação de receitas a receber. Se o prazo de recebimento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor do direito a receber é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva. Se a administração da Instituição encontrar evidências de perdas estimadas com créditos a receber a entidade reconhece imediatamente uma redução ao valor recuperável no resultado;

**03.5 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD):** Esta provisão é constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos das Contas a Receber. A provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela entidade com base na análise dos títulos e seus prováveis valores de realização;

**03.6 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o custo estimado dos estoques para o consumo no curso normal das atividades da entidade;

**03.7 Despesas Antecipadas:** É representada por despesas do exercício seguinte, substancialmente, por valores pagos por antecipação relativos à contratação de prestação de serviços que serão prestados e trarão benefícios futuros para a entidade, serão apropriadas ao resultado pelo prazo previsto da confrontação das despesas com as receitas geradas por estes serviços.

**03.8 Imobilizado:** O valor justo apurado dos ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas a seguir e



levam em consideração a vida útil e utilização dos bens. O valor contábil de itens substituídos é baixado, os outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado, todos os outros gastos são lançados em contrapartida no resultado do exercício como despesa, quando incorrido. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o mais perto do que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa Depreciação
Edifícios	4%
Instalações	5%
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Equipamentos de Informática	25%
Veículos	25%
Biblioteca	10%
Softwares	33,33%

**03.9 Contas a Pagar a Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das atividades e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a doze meses ou inferior, se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva para ajuste a valor presente;

**03.10 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de resgate é reconhecida a demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando a taxa de juros efetiva.

**03.11 Provisões** - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, se a administração tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Instituição liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é registrada mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena;

**03.12 Apuração do Resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo, acordados em contrato - valores recebidos ou a receber e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado;

**03.13 Reconhecimento das Receitas:** A receita da prestação de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços educacionais no curso normal das atividades da empresa e é apresentada líquida das contribuições, das devoluções e dos descontos incondicionais. A receita



da prestação de serviços é reconhecida quando o resultado de transação envolvendo a prestação de serviços puder ser estimada de forma confiável, ou seja, quando todas as condições a seguir forem satisfeitas:

- a) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- b) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;
- c) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável.

**03.14 Julgamento e Uso das Estimativas Contábeis:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Instituição se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre os dados das suas demonstrações. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados pela perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil, valor residual e impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) expectativas de realização de créditos tributários diferidos de contribuições;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Instituição.

**03.15 Eventos Subsequentes:** A Instituição não registrou nenhum evento subsequente que se torna necessário fazer a publicação em notas explicativas ou outras providências previstas na legislação contábil em vigor.

#### NOTA 04 - CONTAS A RECEBER

Os itens que compõe o saldo das Contas a Receber estão a seguir relacionados com seus respectivos valores:

<b>Contas a Receber</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Serviços Educacionais a Receber - Anos Anteriores	4.152.940	5.908.585
Serviços Educacionais a Receber – Educação Básica	12.657.939	9.039.803
Serviços Educacionais a Receber – Graduação	370.018	306.084
Serviços Educacionais a Receber – Pós-graduação	53.019	3.946
Outros Serviços a Receber	1.642.862	1.331.714
Clientes Nacionais a Receber	293.995	782.085
Adiantamentos para Funcionários	1.833.552	2.054.540
Entidade Congêneres a Receber	763.568	982.218
Impostos a Recuperar	6.231	3.839
Cheques em Cobrança	236.150	295.854
Operadoras de Cartões a Receber	2.778.292	2.201.406
Depósitos Judiciais a Receber	0	106.589
Outras Contas a Receber	88.281	0
(-) Deduções de Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.116.379)	(11.837.845)
<b>Total a Receber Líquido</b>	<b>11.760.468</b>	<b>11.178.818</b>



**NOTA 05 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)**

a) Contas a Receber – Valor referente a contas a receber com previsão para realização após o término do exercício seguinte

b) Depósito Judicial – Valor referente a um depósito judicial com previsão para realização após o término do exercício seguinte.

<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Contas a Receber	55.446	20.791
Depósito Judicial – Processos Trabalhistas	363.167	403.657
<b>Total a Realizável a Longo Prazo</b>	<b>418.613</b>	<b>424.448</b>

**NOTA 06 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)**

a) Imobilizado - Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos até 31 de dezembro de 1995, conforme parâmetros estabelecidos e vigente na época. As depreciações dos bens que compõem o imobilizado foram calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

<b>Imobilizado</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Edifícios e Benfeitorias</b>	<b>Instalações</b>	<b>Móveis e Utensílios</b>	<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>Equipamentos Informática</b>	<b>Veículos</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos 1º de janeiro 2015</b>	<b>21.298.729</b>	<b>89.366.151</b>	<b>347.669</b>	<b>5.097.297</b>	<b>3.548.948</b>	<b>2.538.275</b>	<b>75.977</b>	<b>30.504.534</b>	<b>152.777.580</b>
Aquisições e Baixas	4.125.512	16.108.579	624.652	1.978.764	594.286	1.789.593	119.401	5.612.933	30.953.720
Depreciações	0	-5.208.248	-31.966	-877.607	-484.380	-1.349.800	-58.857	-55.962	-8.066.820
<b>Saldos 31 de dezembro 2015</b>	<b><u>25.424.241</u></b>	<b><u>100.266.482</u></b>	<b><u>940.355</u></b>	<b><u>6.198.454</u></b>	<b><u>3.658.854</u></b>	<b><u>2.978.068</u></b>	<b><u>136.521</u></b>	<b><u>36.061.505</u></b>	<b><u>175.664.480</u></b>
Custo do Imobilizado	25.424.241	142.018.012	1.200.140	11.745.243	8.376.315	9.336.759	744.853	36.389.217	235.234.780
Depreciação Acumulada	0	-41.751.530	-259.785	-5.546.789	-4.717.461	-6.358.691	-608.332	-327.712	-59.570.300
<b>Valor Residual</b>	<b><u>25.424.241</u></b>	<b><u>100.266.482</u></b>	<b><u>940.355</u></b>	<b><u>6.198.454</u></b>	<b><u>3.658.854</u></b>	<b><u>2.978.068</u></b>	<b><u>136.521</u></b>	<b><u>36.061.505</u></b>	<b><u>175.664.480</u></b>
<b>Saldos 1º de janeiro 2016</b>	<b>25.424.241</b>	<b>100.266.482</b>	<b>940.355</b>	<b>6.198.454</b>	<b>3.658.854</b>	<b>2.978.068</b>	<b>136.521</b>	<b>36.061.505</b>	<b>175.664.480</b>
Aquisições e Baixas	7.755.862	19.685.676	800.378	1.793.290	1.862.177	1.595.883	-110.365	2.707.744	36.090.644
Depreciações	0	-5.722.609	-59.939	-829.123	-529.119	-1.217.970	161.710	10.767	-8.186.284
<b>Saldos 31 de dezembro 2016</b>	<b><u>33.180.103</u></b>	<b><u>114.229.549</u></b>	<b><u>1.680.794</u></b>	<b><u>7.162.621</u></b>	<b><u>4.991.912</u></b>	<b><u>3.355.981</u></b>	<b><u>187.866</u></b>	<b><u>38.780.016</u></b>	<b><u>203.568.841</u></b>
Custo do Imobilizado	33.180.103	161.703.688	2.000.518	13.538.533	10.238.492	10.932.642	634.488	39.096.962	271.325.425
Depreciação Acumulada	0	-47.474.139	-319.724	-6.375.912	-5.246.580	-7.576.661	-446.621	-316.947	-67.756.584
<b>Valor Residual</b>	<b><u>33.180.103</u></b>	<b><u>114.229.549</u></b>	<b><u>1.680.794</u></b>	<b><u>7.162.621</u></b>	<b><u>4.991.912</u></b>	<b><u>3.355.981</u></b>	<b><u>187.866</u></b>	<b><u>38.780.016</u></b>	<b><u>203.568.841</u></b>

b) Intangível - Os ativos Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização do período, inicialmente reconhecidos pelo valor líquido contábil, sendo que os intangíveis estão reavaliados com base em laudos de empresas especializadas e de peritos até 2007, conforme parâmetros estabelecidos na vigente época. As amortizações do intangível foram calculadas pelo método linear, levando-se em consideração o período estimado de seus benefícios para as suas atividades.



	Intangível	Softwares	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2015</b>		13.570	13.570
Aquisições		128.546	128.546
Amortizações		-29.670	-29.670
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>112.446</b>	<b>112.446</b>
Custo do Intangível		181.521	181.521
Amortização Acumulada		-69.075	-69.075
<b>Valor Residual</b>		<b>112.446</b>	<b>112.446</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>		112.446	112.446
Aquisições		109.290	109.290
Amortizações		-70.992	-70.992
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>150.745</b>	<b>150.745</b>
Custo do Intangível		290.811	290.811
Amortização Acumulada		-140.067	-140.067
<b>Valor Residual</b>		<b>150.745</b>	<b>150.745</b>

#### NOTA 07 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo das contas de fornecedores de material e serviços em geral, obrigações fiscais empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

Contas a Pagar	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores a Pagar	1.218.760	1.721.949
Impostos Retidos a Recolher	10.335	11.705
Encargos da Folha de Pagamento a Pagar	1.921.998	1.762.280
Salários a Pagar	3.656.220	3.191.384
Financiamentos a Pagar	0	23.299
Entidade Congêneres a Pagar	347.067	0
Seguros a Pagar	47.262	24.330
Depósitos Não Identificados	308.787	491.955
Fundos em Confiança	236.951	166.334
Outras Contas a Pagar	46.330	0
<b>Total a Pagar Líquido</b>	<b>7.793.710</b>	<b>7.393.236</b>

#### NOTA 08 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do Superávit do Exercício conforme consta na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

#### NOTA 09 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Conforme a Resolução 1.292/10 e NBC TG 01, a entidade, através de deliberação de diretoria, entendeu a não necessidade de testar a recuperabilidade dos ativos no exercício de 2016, pois o mesmo foi discutido e constatou-se que esses ativos encontram-se registrados corretamente, pois foram avaliados a valor de mercado neste exercício de 2016. Para o exercício de 2017 a entidade poderá determinar a vida útil dos bens existentes



no Ativo Imobilizado e Intangível, bem como poderá realizar o diagnóstico da necessidade de realização da Provisão para Perdas - Impairment, das demais contas, visando atender a Lei 11.638/07 e os Pronunciamentos Contábeis Técnicos CPC 01, CPC 04 e CPC 27.

#### NOTA 10 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.125/08 que aprovou a NBC TG 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13.

#### NOTA 11 - PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

A Instituição possui processos em andamento de natureza trabalhista e tributária. As respectivas provisões para contingências, quando necessárias, são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável. Quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais. Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos, trabalhistas e tributários, que a entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão para contingências passivas, reconhecidas contabilmente as quais demonstramos abaixo a situação em 31 de dezembro de 2016:

<b>Provisões</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Provisões Férias e Encargos	1.246.996	1.460.364
Provisões Trabalhistas	1.065.969	959.459
Provisões Jurídicas e Cíveis	825.103	516.122
Provisão para Contingências	1.450.000	1.567.634
<b>Total de Provisões</b>	<b>4.588.070</b>	<b>4.503.579</b>

#### NOTA 12 - RECEITAS

A Receita Bruta Operacional corresponde ao montante de receitas da atividade preponderante da instituição conforme descrito no artigo 14, I, do Estatuto Social e é formada pelos seguintes grupos:

- Receitas de Mensalidade dos Alunos Pagantes (Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, lei nº 9.870/1999 e lei nº 9.394/1996;
- Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos (Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, lei nº 9.870/1999, lei nº 9.394/96 e Art. 31 do Decreto nº 8.242/2014)
- Deduções: Descontos Incondicionais; Bolsas de Estudos Concedidas, Dissídios Coletivos e Devoluções de Serviços Recebidos. (Artigo 187 Lei nº 6.404/1976);
- Doações, Subvenções (ITG 2002) e Outros Serviços Educacionais referentes a Serviço de Secretaria e Cursos Livres.

#### NOTA 13 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS

Conforme a Resolução 1.152/09 e 1.157/09 e a Lei nº. 11.941/09 as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:



<b>Outras Receitas</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Contas Reavidas de Exercício Anteriores	1.277.377	120.976
Depósitos Bancários Não Identificados	209.558	120.013
Reversões de Provisões	2.650.427	3.129.120
Outras Receitas	276.749	569.257
<b>Total de Outras Receitas</b>	<b>4.414.111</b>	<b>3.939.366</b>

<b>Outras Despesas</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Contas Incobráveis	1.985.584	1.655.539
Despesas do Exercício Anterior	96.295	256.887
Outras Despesas	1.798.712	1.428.848
<b>Total de Outras Despesas</b>	<b>3.880.591</b>	<b>3.341.274</b>

#### NOTA 14 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício foi elaborada de acordo com o artigo 187 da lei nº 6.404/1976 atualizado pela Lei nº 11.941/2009.

O superávit do exercício de 2015 e 2016 foram incorporados ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 em especial no item 15 que descreve que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

#### NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a entidade adota a política de contratar cobertura de seguros de vida e contra acidentes pessoais e seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade.

#### NOTA 16 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Em virtude da Instituição ser sem fins lucrativos, e por força do Art. 150, Inciso VI, alínea "C" e parágrafo 4º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, a entidade goza de imunidade à incidência dos impostos federais, estaduais e municipais tais como: Imposto Sobre Renda - IR, Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU, Imposto Territorial Rural – ITR, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN e Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS.

#### NOTA 17 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A Instituição não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, bem como, seus dirigentes, conselheiros, sócios e demais beneméritos, não perceberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes fossem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, no exercício de 2016 e 2015.

#### NOTA 18 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

- a) Contribuição Previdenciário para o INSS



Conforme o Art. 29 da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei 12.868/2013, a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições previdenciárias de que tratam os Art. 22 e 23 da lei nº 8.212/1991.

A seguir demonstraremos as contribuições sociais usufruídas e o montante que não é pago em 2016:

Descrição	Educação	Sustentáveis	Total
Folha de Salários - 20%	14.709.816	472.114	<b>15.181.930</b>
Serviços de Autônomos e Individuais - 20%	124.666	8.816	<b>133.482</b>
RAT/SAT(1%, 2% ou 3% )	1.471.060	45.632	<b>1.516.692</b>
Terceiros (4,5% - Educação)	3.344.835	65.712	<b>3.410.547</b>
<b>Total</b>	<b>19.650.377</b>	<b>592.274</b>	<b>20.242.651</b>

Nota: \* O RAT pode variar de 1% a 3%, dependendo do grau de risco de cada Entidade.

Nota: \*\* Algumas entidades podem ter o percentual de terceiros de 4,5%.

#### b) PIS/PASEP e COFINS

Em relação a contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei 9.532/97 que trata o Art. 13 Medida Provisória 2.158-35/2001, a Instituição possui isenção com base no Processo número 2005.70.00.011625-7 que transitou em julgado em 01 de julho de 2014, e goza do benefício por não incidência da COFINS sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com a Lei 9.178/98

#### c) Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL

Quanto a Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL, entendemos que é inaplicável às entidades sem fins lucrativos, pois, não possuem “lucro” conforme conceituação da legislação tributária, sendo impossível aplicar sua regra de incidência por ausência de base de cálculo. Vale afirmar que essas entidades possuem, eventualmente, SUPERÁVIT, o que não se confunde com lucro. Entendemos que qualquer entidade Sem Fins Lucrativos não estaria sujeita à incidência desta Contribuição Social sobre Lucro. A Contribuição Social é isenta conforme o Decreto 76.186/75, os artigos 167 e 174 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR aprovado pelo Decreto 3.000/99.

#### NOTA 19 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO

Conforme determinação do Art. 40 da Lei nº 12.101/09, alterada pela lei nº 12.868/2013 e o Decreto nº 8.242/2014 a Instituição já procedeu com o cadastramento no Ministério da Educação, pelo site do SISCEBAS (<http://cebas.mec.gov.br/>). A Instituição Educacional mantém seu cadastro atualizado no EDUCACENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica) e no E-MEC.

Os serviços de educação desenvolvidos pela Instituição são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) em adequação com a Lei de Diretrizes e Bases (lei nº 9.394/1996) nas quais está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.

#### NOTA 20 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Em atendimento ao artigo 13 da Lei nº 12.101/2009, alterada pela lei nº 12.868/2013 (Educação Básica) e Decreto nº 8.242 de 2014, a instituição deve conceder bolsas de estudo nas seguintes proporções:



a) Concede anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes da educação básica;

b) Concede no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes da educação básica;

c) Concede bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.

<b>Educação Básica</b>	<b>Qtde* 2016</b>	<b>Qtde* 2015</b>
Alunos Matriculados	23.767	23.754
Alunos com Bolsa Integral	2.807	2.739
Alunos Pagantes [Alunos Matriculados (-) Alunos Bolsa Integral]	20.960	21.015
Alunos com Bolsa Integral Necessários (Relação 1 para 9) [Alunos Pagantes / 9]	2.329	2.335
<b>Saldo Excedente de Alunos</b> (Relação 1 para 9) [Alunos Necessários (-) Alunos com Bolsa Integral]	<b>478</b>	<b>404</b>

<b>Educação Básica</b>	<b>Qtde* 2016</b>	<b>Qtde* 2015</b>
Alunos Necessários (Proporção 1 para 5) [Alunos Pagantes / 5]	4.192	4.203
Alunos com Bolsa Integral	2.807	2.739
Alunos com Bolsa Parcial Necessários (Proporção 1 para 5) [(Alunos Necessários (-) Alunos com Bolsa Integral) X 2]	2.770	2.928
Alunos com Bolsa Parcial 50%	3.124	3.039
<b>Saldo Excedente de Alunos</b> (Relação 1 para 5) [Alunos com Bolsa Parcial Necessários (-) Alunos com Bolsa Parcial]	<b>354</b>	<b>111</b>

(\*) Quantidades no Final do Ano Letivo 2016 e 2015

(\*\*) Os alunos bolsistas se enquadram nos critérios da Lei 12.101/2009

(\*\*\*) Não foram excluídos os inadimplentes das quantidades.

I - A instituição concedeu 478 (quatrocentos e setenta e oito) Bolsa Integrais em 2016 e 404 (quatrocentos e quatro) Bolsas Integrais em 2015 a mais do que o necessário para cumprir a obrigação da proporção de 1 (uma) Bolsa Integral para cada 9 (nove) alunos pagantes.

II – A instituição concedeu 354 (trezentos e cinquenta e quatro) Bolsas Parciais de 50% em 2016 e 111 (cento e onze) Bolsas Parciais de 50% em 2015 a mais que o necessário para cumprir a obrigação da proporção de uma Bolsa Integral para cada 5(cinco) alunos pagantes.

#### NOTA 21 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO BÁSICA

A Instituição, em conformidade com o Art. 13 da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242 de 2014, oferece bolsas educacionais para alunos de baixa renda, comprovadamente em situação de vulnerabilidade social, na forma da Lei (Art. 14 e 15 da Lei nº 12.101 de 2009 alterada pela lei nº 12.868 de 2013).

A receita base da educação básica para apuração da obrigação mínima dos 20% foi elaborada conforme a interpretação literal do Art. 13 da Lei nº 12.101/09 .

As aplicações em gratuidades educacionais para os exercícios de 2016 e 2015 na Educação Básica estão demonstradas a seguir:



<b>Rubricas Contábeis</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Anuidades em Educação Básica	172.369.390	153.456.330
(+) Valores Recebidos dos Anos Anteriores	3.840.578	3.863.360
(-) Parcelas Devolvidas	(736)	0
(-) Bolsas de Estudo Integrais	(20.326.938)	(17.662.947)
(-) Bolsas de Estudo Parciais 50%	(11.695.024)	(10.317.433)
(-) Bolsa Funcional de Dissídio Coletivo	(3.761.713)	(3.133.426)
(-) Desconto Incondicionais	(13.286.160)	(11.742.096)
(-) Inadimplência	(7.296.877)	(6.329.960)
<b>Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade</b>	<b>119.842.520</b>	<b>108.113.828</b>
Valor Aplicado Gratuitades – Filantropia	32.021.962	27.980.380
<b>Percentual Aplicado</b>	<b>26,72%</b>	<b>25,88%</b>

<b>Receita</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
(+) Receita Total	172.369.390	153.456.330
(+) Valores Recebidos dos Anos Anteriores	3.840.578	3.863.360
(-) Deduções	(49.070.571)	(42.855.902)
(-) Inadimplência	(7.296.877)	(6.329.960)
(=) Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade	119.842.520	108.113.828
(-) Obrigação – 20% sobre a Receita Efetivamente Recebida	(23.968.504)	(21.626.766)
(+) Gratuidade Concedida	32.021.962	27.980.380
<b>(=) Gratuidade Concedida a Maior que a Obrigação</b>	<b>8.053.458</b>	<b>6.353.614</b>

#### NOTA 22 - DEMONSTRATIVO DE BOLSAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Instituição não firmou convênio com o Programa Universidade para Todos – PROUNI em 2015, de acordo com a Lei nº 11.096 de 2005, onde a regra é conceder bolsa integral para 1 (um) aluno de cada 9 (nove) alunos pagantes.

A Instituição, em observância ao artigo 13-B da lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242 de 2014, para fins de concessão e de renovação da certificação, a entidade que atua na Educação Superior que não aderiu ao Programa Universidade para Todos - PROUNI, na forma do caput do Artigo 11 da Lei nº 11.096 de 2005, deverá atender às condições previstas no artigo 13-B da Lei nº 12.101/2009 alterada pela lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242 de 2014, que regulamenta que a Instituição deve conceder bolsas de estudo nas seguintes proporções:

- a) Concede anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 4 (quatro) alunos pagantes no Ensino Superior;
- b) Concede no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes no Ensino Superior;
- c) Concede bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.



<b>Educação Superior</b>	<b>Qtde* 2016</b>	<b>Qtde* 2015</b>
Alunos Matriculados da Graduação	377	292
Alunos com Bolsa Integral – PROUNI	3	3
Alunos com Bolsa Integral – INSTITUIÇÃO	79	103
Alunos Pagantes [Alunos Matriculados (-) Alunos Bolsa Integral]	295	186
Alunos com Bolsa Integral Necessários (Relação 1 para 4) [Alunos Pagantes / 4]	74	47
<b>Saldo Excedente de Alunos Bolsa Integral (Relação 1 para 4) [Alunos com Bolsa Integral (-) Alunos Necessários]</b>	<b>8</b>	<b>59</b>
Alunos com Bolsa Parcial 50% – INSTITUIÇÃO	21	15
<b>Saldo Excedente de Alunos (Relação 1 para 4) [(Alunos com Bolsa Parcial x 2)+Saldo Excedente Bolsas Integrais]</b>	<b>18</b>	<b>66</b>

#### NOTA 23 – DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ENSINO SUPERIOR

As aplicações em gratuidades educacionais para os exercícios de 2016 e 2015 no Ensino Superior, foram em conformidade com o artigo 13-B da Lei nº 12.101 de 2009 e estão demonstradas a seguir:

<b>Rubricas Contábeis</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Anuidades da Graduação	4.385.103	2.421.219
Anuidades no Ensino Superior – FIES	0	798.982
(-) Bolsas de Estudo – PROUNI	(52.191)	(34.012)
(-) Bolsas de Estudo Integrais – Instituição	(1.062.998)	(842.847)
(-) Bolsas de Estudo Parciais 50% - Instituição	(108.178)	(65.077)
(-) Desconto Incondicionais	(585.525)	(239.137)
<b>Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade</b>	<b>2.576.211</b>	<b>2.039.128</b>
Valor Aplicado Gratuidades – Filantropia	1.223.367	941.936
<b>Percentual Aplicado</b>	<b>47,49%</b>	<b>46.19%</b>

<b>Receita</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
(+) Receita Total	4.385.103	3.220.201
(-) Deduções	(1.808.892)	(1.181.073)
(=) Receita Líquida – Base de Cálculo Gratuidade	2.576.211	2.039.128
(-) Obrigação – 20% sobre a Receita Efetivamente Recebida	(515.242)	(407.826)
(+) Gratuidade Concedida	1.223.367	941.936
<b>(=) Gratuidade Concedida a Maior que a Obrigação</b>	<b>708.125</b>	<b>534.110</b>

Curitiba, 31 de dezembro de 2016.

Arnaldo Andrade de Oliveira Lana

**Contador**

CRC/RS 050929/O-5 T-PR

CPF 591.200.020-68



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À  
Diretoria da  
INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO  
Curitiba – PR

### 1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do Superávit ou Déficit, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### 3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### 4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou



como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas inevidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

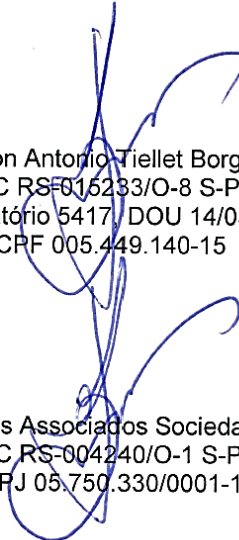
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

## 6. OUTROS ASSUNTOS

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 28 de abril de 2016, o qual não conteve qualquer modificação.

\* \* \*

Porto Alegre, 27 de abril de 2017

  
Nilton Antonio Tiellet Borges  
Contador CRC RS-015233/O-8 S-PR - CNAI 81  
Registro CVM Ato Declaratório 5417, DOU 14/05/99 - Código CVM 7722  
CPF 005.449.140-15

TSA Auditores Associados Sociedade Simples  
CRC RS-004240/O-1 S-PR  
CNPJ 05.750.330/0001-18



DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

Após exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, bem como do Relatório da TSA Auditores Independentes, a diretoria declara que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria Independente emitido pela TSA Auditores Associados.

Curitiba, 28 de abril de 2017.

  
Marlinton Souza Lopes  
Presidente

  
Charles Zampanelli  
Diretor

  
Edson Erthal de Medeiros  
Administrador